

UMA HISTÓRIA DE GOVERNAMENTO E DE VERDADES – EDUCAÇÃO RURAL NO RS (1950-1970)

WESCHENFELDER, Noeli Valentina – UNIJUI/UFRGS

GT: Educação Popular/ nº 06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Neste texto apresento uma síntese da tese, intitulada: *Uma história de governo e de verdades – Educação Rural no RS*, na qual pretendi contar uma história sobre a educação dos rurais: uma história de poder, de saberes e de subjetivação. Procurei mostrar como o campo da educação rural constituiu-se num dispositivo que desenvolveu um minucioso esforço de governo sobre a população rural.

A pesquisa identificou alguns eixos que orientaram os discursos que pretendiam educar os rurais e, de certa forma, esboçaram os fins a que se destinavam: “educar de acordo com os ideais da democracia, liberdade e justiça social através da organização e interpretação do programa escolar; formação de valores étnicos e estéticos como guias de conduta individual e coletiva; organização e coordenação de instituições - sociedade feminina, associação de pais, cuja função específica é contribuir para formação do lar; cooperativa de produção, consumo, venda e sua administração; ensino ativo de maneira prática, tanto para escolares, quanto para adultos e; amor a terra” (RE, n.10, p.55,1952).

Analiso, especialmente, publicações da *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*¹ (RE), mais especificamente sua Seção Educação Rural² e um manual didático pedagógico *Escola Primária Rural*³. A investigação realizada objetivou não apenas

¹ A Revista em estudo foi considerada um importante artefato cultural utilizado para formação pedagógica, devido a sua circulação nacional, com uma tiragem bastante significativa, especialmente na década de 1950. Nesse sentido, é importante ressaltar que a *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul* foi criada em 1939 e parou de circular em 1943 em função da II Guerra Mundial. A retomada de sua publicação, no ano de 1951, é marcada com novidades para o magistério; afinal, o país vivia tempos de paz e de certa abertura democrática também para o campo educacional. Um estudo detalhado sobre esta Revista foi realizado por Maria Helena C. Bastos (1994). É importante ressaltar que também realizaram estudos a partir desta Revista as pesquisadoras Beatriz T. Daudt Fischer (1999); Jane Felipe de Souza (2000) e Maria Lúcia Castagna Wortmann (2002).

² A Revista do Ensino manteve, até o início dos anos 70, várias seções destinadas aos vários níveis de ensino: primário, pré-primário, magistério e educação de adultos e adolescentes. Dentre estas, uma das seções destinava-se à Educação Rural com orientações especificamente voltadas aos docentes rurais em sua ação pedagógica junto à escola primária.

³ Trata-se do manual didático-pedagógico *Escola Primária Rural*, de Ruth Ivoty da Silva. Este manual não foi considerado apenas sob o ponto de vista daquilo que diz seu texto, suas reflexões pedagógicas e

mostrar o modo como os sujeitos rurais escolares, alunos/as e professores/as foram posicionados pelos discursos, como crianças ou jovens, como mulheres ou homens, como rurais ou urbanos, mas também o modo como os discursos posicionaram os sujeitos rurais, escolares e familiares. Na pesquisa foi possível observar como este tipo de material pedagógico compõe, aquilo que Popkewitz (2001) analisa como sendo “um amálgama das práticas discursivas” (p.110), a orientar e regradar práticas e a constituir modos de ser e de agir dos escolares, tanto de crianças, como de docentes.

No decorrer deste texto, situo a perspectiva analítica dos Estudos Culturais Contemporâneos e as contribuições da teorização de Michel Foucault. A perspectiva assumida permitiu perceber e mostrar como a Seção Educação Rural foi compondo um conjunto de regularidades, temas e ensinamentos distintos. Tal distinção foi considerada uma montagem discursiva destinada a compor uma versão sobre a educação rural, de modo particular para o ensino primário nas décadas de 1950 e 1960. Focos de problematização foram propostos aos rurais e tiveram atenção específica interações e pautas distintas. Tais focos se converteriam em espaços de produção de um regime de verdades sobre a educação rural da época. Ensinavam como ‘aparelhar a escola’, como ensinar e aprender, como desenvolver determinadas campanhas de comunidade, enfim, sugeriam e prescreviam maneiras como atingir e ‘integrar a comunidade e como orientar práticas na promoção da mudança de mentalidade’.

Os textos em análise orientavam práticas escolares rurais e foram considerados como um currículo que modelou a formação do magistério gaúcho. Os discursos orientavam e propunham, tanto aos docentes, quanto aos escolares, certas formas de experiência de si (relações consigo mesmo) e de experiências com os outros. A leitura de Foucault (1990, 1991, 1993a, 1995a, 1995b, 1996 a, 1996b, 1997^a, 1997b, 1999b) e de outros pesquisadores, como Larrosa (1995, 1998), Rose (2001a, 2001b), Silva (1998), Popkewitz (2001), Veiga-Neto (2000), Bujes (2002) e Costa (2000), auxiliaram na compreensão da pedagogia como discurso, seu envolvimento na produção ativa dos indivíduos. Assim, a pesquisa considerou a educação rural proposta como uma pedagogia com uma gramática específica, propondo aos rurais tornarem-se indivíduos de um determinado tipo. Buscou-se compreender a lógica de tal gramática, enfatizando a produtividade da pedagogia na subjetivação dos indivíduos escolares rurais.

Os discursos evidenciam que a atividade agrícola foi sugerida como o núcleo central da aprendizagem das crianças, na época em torno da qual foi proposto ‘um currículo escolar modernizador’. A composição desse currículo inclui, desde hábitos de higiene e boas maneiras, alfabetização e cálculos, até conteúdos relacionados às novas formas de agricultura, criação de animais, indústria caseira, organização cooperativa e educação do consumidor infantil. Todas essas mudanças inscrevem-se na

metodológicas, ou propostas de trabalho para escola primária rural. Considerou-se o modo como tal artefato pedagógico esteve posicionado numa rede de práticas discursivas de uma determinada época,

proposição de outros espaços para aprendizagem *na e para além* da sala de aula. Esses lugares possibilitariam o desenvolvimento da atividade agrícola modernizadora, através de proposições como aquela que se refere à organização de Clubes Agrícolas, uma espécie de “laboratório” para o exercício de uma “nova mentalidade”.

Analiso a Revista do Ensino como lugar que problematizou a educação, para além da docência e das atividades pedagógicas, incluindo formas de viver no campo, os modos de plantar, de produzir e de consumir. Um conjunto de textos culturais funcionou como veículo que, ao problematizar tais questões, também produziu novas formas de ser, de fazer, de aprender, de lecionar, de plantar e de consumir; portanto, inventou verdades sobre um jeito de ser rural e, sobretudo, sobre um modo de ser escolar rural. Constituiu-se assim, um currículo que orientou e guiou a formação docente rural, prescrevendo o que e como a escola primária rural deveria ensinar. Esses saberes foram definindo tipos rurais desejados. O trabalho investigativo procurou descrever as condições em que esses saberes foram constituindo uma história sobre a educação dos rurais escolares, fazendo dos mesmos objeto de governo⁴.

Ao descrever tal esforço de governo, realizei um mapeamento de algumas conexões entre racionalidades políticas e tecnologias de poder, compondo uma maquinaria que subjetivou crianças, jovens e docentes. Tive como propósito demonstrar que tais investimentos estratégicos não queriam produzir apenas os escolares, mas também pretendiam atingir as famílias e comunidades rurais; em última instância, queriam atingir a vida dessas populações, instaurando o que Foucault denominou como biopolítica. Nesse sentido, a vida das famílias e da comunidade foi alvo de preocupações através de um conjunto de ações com vistas à modernização de modos de vida da população pobre do campo.

O corpus discursivo dessa investigação foi composto por prescrições, procedimentos, sugestões, conselhos endereçados aos docentes e, através destes, à população rural como um todo. Muitas informações enfatizavam, além de questões pedagógicas, assuntos ligados a temas como economia, psicologia escolar, educação sanitária, sociologia da educação, sociologia rural, administração escolar, tradicionalismo e folclore, economia doméstica, indústrias caseiras, entre outros tantos temas. Profissionais de áreas diversas publicavam artigos e/ou eram entrevistados, concedendo depoimentos em favor dos temas abordados. Interessa assinalar que a estratégia da Revista, em dar voz a especialistas para tratar tecnicamente determinadas questões, fazia parte de uma estratégia maior, a de ‘ensinar de forma científica’ aquilo que deveria ser modificado: seus modos de viver e de ensinar.

Para agrupar tais preceitos, utilizei como ferramentas de análise técnicas disciplinares, técnicas do eu e a biopolítica. Ao longo da pesquisa, descrevo algumas estratégias que, ao “educar, orientar, informar”, prescreveram, capacitaram, integraram, modernizaram e, com isso, governaram e subjetivaram indivíduos. A preocupação foi demonstrar como, no interior da versão educação rural, montada pelos discursos da época, foram estabelecidos determinados tipos de conhecimento.

num determinado lugar.

⁴ Governo é aqui utilizado no sentido que propõe Alfredo Veiga-Neto (2002). Refere-se à ação ou ato de governar desenvolvido por Michel Foucault. Muitos autores têm usado a palavra governo, no entanto, Veiga-Neto propõe a utilização do termo governo, fazendo ressurgir este vocábulo com a finalidade de tornar mais rigoroso e mais fácil o duplo entendimento que, na perspectiva foucaultiana, é possível atribuir à palavra governo (Veiga-Neto, 2002, p.17). No sentido foucaultino está sendo utilizado para mostrar o modo pelo qual o poder é exercido no sentido micro-político e micro-físico, conforme refere Veiga-Neto.

A escolha das décadas de 1950 a 1970 justifica-se por este ter sido um período muito rico em transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Um cenário em que novas políticas públicas foram desenvolvidas no campo educacional. Nessas condições é que foram produzidos discursos distintos para a educação rural como um território específico de construção de identidades. Ou seja, a educação rural deveria constituir um significado distinto daquele que se vinha construindo.

Dos significados e da materialidade dos “dis-cursos”⁵

O estranhamento que exercitei ao lidar com os discursos que pretenderam educar os rurais está afinado com a perspectiva de compreender a lógica de seu funcionamento. Foucault sobre discurso nos ensinou: “toma-os pelo que são e pelo que dizem” (p. 24). O convite é para pôr em séries, ou em relação, os ditos. Portanto, foi realizada uma leitura buscando detalhes, considerando-os, conforme o autor, como pequenas peças, pedaços de estratégias maiores as quais investiram poderes e legitimaram certos saberes. Considerei tais discursos como parte de uma estratégia maior que, presumo, tenha sido a modernização do campo, através de um objetivo estratégico: realizar a “mudança da mentalidade agrícola”.

A produção de significados desenvolvida por Stuart Hall (1997), aponta para o papel da linguagem enquanto construção social. Ao tratar do governo através da cultura, assinala a importância de pensarmos como a cultura é modelada, controlada e regulada: “a cultura, por sua vez *nos* governa – ‘regula’ nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla” (p.38, grifo do autor). Tal perspectiva possibilita olhar os discursos que educaram os rurais, como uma atividade cultural. Em tais discursos é possível mapear diferentes tipos de regulação, que normatizam, classificam e regulam, enfim, produzem ou constituem novos sujeitos.

A problematização desenvolvida permite buscar outras possibilidades de organização dos discursos. Dessa forma, os discursos em análise foram organizados a partir de dois grandes alvos, conforme endereçamento. Um alvo foi a escola e os sujeitos escolares⁶; estes foram orientados, guiados para aparelhar a instituição, modernizarem-se e transformarem-se. Outro alvo foi a comunidade e a família dos estudantes, constantemente conclamada a modificar modos de vida. A comunidade, a família e os jovens líderes são convocados para assumirem um papel ativo em defesa da vida, constituindo-se, assim, como agentes biopolíticos: agentes específicos que colocaram em operação estratégias de biopoder.

A organização dos discursos e sua leitura, a partir das ferramentas analíticas que escolhi, permitiram observar que, em ambos os casos, práticas culturais estiveram em jogo. Um jogo no qual ações humanas foram guiadas por normas de conduta que produziram distinções entre urbano e rural, atrasado e moderno, trabalho masculino e feminino, etc. Aos poucos, os rurais foram sendo constituídos por essas normas, classificados, julgados não apenas conforme binários: urbano-rural, moderno-atrasado,

⁵ Expressão utilizada por Albuquerque Junior (1999, p 23) para referir-se à concepção de discurso.

⁶ Estou considerando como sujeitos escolares rurais tanto os docentes, quanto os estudantes.

mas, a partir de outros atributos, como doentes, ignorantes, vadios, pobres, desconfiados, supersticiosos e avessos ao progresso.

Interessa assinalar que, através da norma, ocorre a integração entre as operações do biopoder e as do poder disciplinar. Foucault (1999b) chama a atenção para essa questão dizendo que a norma permite, a um só tempo, que aconteça o controle disciplinar do corpo e o controle dos acontecimentos ligados aos fenômenos da população (p. 302). Nessa perspectiva, tais prescrições foram definindo novos hábitos de vida, formas de produção e, principalmente, foram compondo um currículo cultural que realizou um trabalho sobre a subjetividade dos rurais, ensinando-os a comportarem-se de um outro modo. Constantemente os rurais escolares foram submetidos a estratégias de reconhecimento e fixação de certas características a serem modificadas. Para isso, cada um deveria, em primeiro lugar, reconhecer-se como pessoa em falta com sua família e com a comunidade, que necessitava produzir mais e de outro modo. Afinal, a nação estava passando por um processo de industrialização, “rumo ao progresso”. Reconhecer-se como alguém em falta consigo mesmo colocaria cada indivíduo em compromisso com a transformação.

“Uma nova cultura para o meio rural”

A investigação realizada permitiu supor que, ao problematizar a educação rural distintamente, os textos colocaram em funcionamento determinados tipos de discursos, considerados aceitáveis, bons e desejáveis para a população rural na época. Estratégias discursivas referem o espaço urbano como moderno e civilizado e o rural como atrasado, desqualificado, pobre, ingênuo e romântico.

A hipótese desenvolvida na tese é de que, até o início da década de 1970, os discursos em análise não apenas dividiam o mundo entre rural e urbano, através de uma educação distinta, mas também distinguiam aprendizagens e atividades, conforme cada região geo-econômica do Rio Grande do Sul, além de posicionar os sujeitos rurais por idade e por gênero, sugerindo distinções nessas esferas. A distinção ruralizadora diminui sensivelmente no início da década de 70, especialmente a partir da lei 5692/71. Desde então, marcadores de uma distinção rural-urbano, masculino-feminino, tornaram-se menos visíveis nos discursos educacionais. Uma evidência disso observa-se na *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* (RE), integrante do *corpus* desta pesquisa. Nela a Seção Educação Rural dilui-se em inúmeras matérias e orientações, endereçadas, então, aos diversos níveis do ensino. A partir daí, o discurso da RE passa a falar da educação rural de outra forma. A lógica parece ser menos a distinção entre rural e urbano, atividades masculinas e femininas e mais a inclusão dos rurais escolares numa política educacional mais ampla, que trata da aprendizagem de um indivíduo universal.

O momento sócio-econômico vivido na época exigia integração entre regiões: tratava-se de diminuir as diferenças entre o campo e a cidade, uma vez que um novo complexo agroindustrial necessitava de um suporte para a sua expansão. Por outro lado, tratava-se de incluir a todos escolares em novas configurações do currículo da escola primária, conforme perspectiva inclusiva nas políticas

públicas.⁷ Operei com uma hipótese de leitura que considerou o governmentamento da população escolar rural efetivado através da educação via discursos apresentados aos docentes.

Os discursos em análise tinham endereço certo. Era aos docentes que tais discursos se dirigiam, orientando as práticas pedagógicas e responsabilizando-os pela “liderança e bom exemplo na comunidade rural”. Aos docentes caberia, juntamente com os alunos e com o apoio da comunidade, transformar a escola “em um centro irradiador de cultura”. Que cultura? Uma “nova cultura para o meio rural”. Nesta perspectiva, inspirada no trabalho de Foucault e de Nicolas Rose (2001), mostro como tais textos operaram como “lugares” que problematizavam novas formas de ser, de agir, de conduzir-se e funcionaram como “lugares”, “instituições”, autorizadas a “dimensionar e avaliar regimes de verdade” (p. 39).

Sujeitos escolares rurais como efeito de práticas discursivas

A educação rural proposta configura uma pedagogia com uma gramática específica. Uma certa organização foi sendo proposta pelos discursos através de programas, sistemas de ensino, campanhas, planos de ação, planejamentos, relatos de experiências, opiniões de especialistas, enfim, que sugeriam e prescreviam detalhadamente condutas desejáveis para docentes, alunos/as e comunidade. Nessa perspectiva, foi importante o trabalho desenvolvido por Jorge Larrosa (1995) sobre as ‘tecnologias do eu’, para mostrar como o rural escolar se fabrica no interior de certos aparatos, como a educação rural. O autor utiliza a chave foucaultiana para mostrar como determinadas “práticas pedagógicas constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo: essa relação na qual se estabelece, se regula e se modifica a experiência que a pessoa tem de si mesma, a experiência de si” (p. 37).

A pesquisa desenvolvida tratou o processo de subjetivação, na perspectiva tomada por Foucault e que Nikolas Rose (2001b) tratou, ou seja, ela não estaria localizada num universo de significado apenas, mas aconteceria em um complexo de aparatos, práticas, montagens e maquinarias; “agenciamentos e montagens, localizações e estabelecimento de conexões entre rotinas, hábitos e técnicas no interior de domínios específicos de ação e valor”(p. 51). Prescrições foram enunciadas nos discursos endereçados aos rurais escolares, relativas ao uso da biblioteca escolar, auditório, utilização de museu escolar, construção da horta escolar, organização de clubes agrícolas. Contudo, muitas sugestões e orientações eram endereçadas à famílias e jovens rurais. Muitos conselhos relativos aos cuidado com o corpo, a casa, horta e meio ambiente faziam conexões agenciando e “ativando além (de) outros espaços, planos e práticas” (p.51), um “repertório de condutas” (idem).

⁷ Nesta perspectiva de pesquisa, considero importante a investigação realizada por Mariano Palamidessi (2001), quando se refere a “forças de integração” na passagem do plano de estudos para o currículo, uma concepção de um planejamento integral, com novas regras. O pesquisador assinala que a década de 1970, marca a emergência de uma nova pauta de ordenamento do currículo elementar de massas, podendo ser analisado como uma norma mundial relativa ao fenômeno da escolarização. Tal “onda mundial” de mudança curricular, teria sido impulsionada por organizações internacionais, como UNESCO, a Oficina Internacional de Educação, o Instituto Internacional para o Planejamento Educacional e a Organização de Estados Americanos. Esse processo teria sido acompanhado por um intenso estímulo à profissionalização no campo educacional, presente nos discursos modernizadores.

A analítica de governmentação desenvolvida permite afirmar que a constituição dos rurais acontecia mediante um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que compuseram jogos de verdade, de poder-saber sobre a educação rural. Nessa perspectiva, observa-se que tais sujeitos não se constituíram apenas como rurais, mas como *estudante-criança-rural*, *docente rural*, *jovens-líderes-rurais*, *mulher-mãe-dona de casa rural*. Foi importante considerar, nos discursos em estudo, algumas técnicas de poder, compondo racionalidades políticas no sentido desenvolvido por Foucault.

No conjunto de práticas escolhidas para descrição e análise, pôde-se evidenciar que, aos poucos, um certo tipo de currículo cultural foi sendo desenhado, ao prescrever saberes, modos de ser, agir, conduzir a si mesmo e aos outros. A Revista não apenas veiculou informações e orientações aos docentes, como produziu um texto cultural que agenciou conexões entre novos hábitos, novas rotinas no interior de outras formas de organização espacial e pedagógica. A distinção modernizadora necessitaria da utilização de novas metodologias, materiais e espaços. Tal aparato compunha uma maquinaria de governmentação. São recorrentes os enunciados que indicam, ao longo dos anos, exercícios, atividades, questionários, técnicas humanas cada vez mais eficientes na ação sobre si mesmo para tornarem-se outros. A argumentação de Nikolas Rose (2001b) evidencia como tais aparatos ativam, além de espaços e práticas, novas condutas.

Mediante a concepção de discursos desenvolvida por Foucault foi possível observar a materialidade discursiva dos textos, a produtividade das palavras. Os impressos não apenas veicularam textos pedagógicos, antes, colocaram em circulação sentidos outros para modos de ser diversos. Discursos problematizavam certas práticas, propondo em seguida outro modo de viver mais moderno e vantajoso. O ofício de lecionar, planejar, organizar o espaço escolar, avaliar os alunos e estabelecer vínculos com a comunidade, foi orientado pelos discursos. A pesquisa permite observar que um currículo de formação docente foi produzido, pois ensinou modos de pensar, agir, viver, dar aulas, relacionar-se com seus alunos e com os saberes que se ensinava.

Investimentos sobre os escolares rurais

Na análise realizada, tratei de mostrar investimentos de poder sobre os rurais escolares pela via institucional. Analisei, portanto, um conjunto de estratégias que colocaram em funcionamento aquilo que Foucault, em *Vigiar e Punir*, caracterizou como “instrumentos da disciplina” (1991). Ponderei acerca do poder exercido sobre a população escolar rural, através do aparelhamento escolar, da formação-atualização de professores, e, em especial, do planejamento como tecnologia da pedagogia (Popkewitz, 2001) e da educação integral.

Observei que algumas técnicas tomaram docentes e estudantes como objeto de investimento, como foi o caso das estratégias de formação de professores, especialmente através do planejamento escolar. Essa pesquisa tratou de mostrar como as tecnologias disciplinares agiram sobre os corpos escolares rurais, tornando-os produtivos e educando-os para novas formas do trabalho. Observa-se, na pesquisa, que a disciplinarização dos escolares rurais foi efetivada através de práticas em sala de aula, contudo; não há como desconsiderar que o objetivo da governmentalização foi efetivado através das atividades agrícolas em torno das quais as matérias pedagógicas organizavam seus percursos.

As conexões entre racionalidades e escolarização rural têm, na noção de governamentalização, o suporte para desenvolver essas análises. Diante do exposto, aproximo minhas observações ao modo do que Popkewitz (2001) desenvolveu e denominou como “alquimia”, mais especificamente “alquimia da pedagogia”, um processo através do qual campos disciplinares diversos são transformados em matérias escolares.

Os estudantes rurais também foram alvo de um poder disciplinar mediante a proposta de uma educação integral, visando promover a educação física, moral, intelectual, social e econômica das crianças e ser um elo de ligação da escola com a vida rural. O Clube Agrícola passa a ser um lugar bastante propício para a problematização das formas de produção agrícola e funcionava como uma espécie de laboratório para o exercício de novas formas de produzir, consumir e transformar a mentalidade agrícola. Essa era atualizada, constantemente, de modo a preparar novas gerações para outros tempos na agricultura brasileira.

Verifiquei que os docentes foram objeto de investimentos estratégicos, por meio da formação específica e contínua do magistério. Este foi atualizado, informado e orientado através de periódicos e manuais pedagógicos. Tratei de mostrar que a conduta docente foi guiada por práticas discursivas que definiam aos poucos um campo de ação, um currículo para a educação rural. Considerei o planejamento escolar uma forma de colocar em ação um modo de ser, aprender e transformar-se, um dispositivo que regulou os modos de ser docente, de ensinar os escolares infantis e de trabalhar com a comunidade.

Os planos de aula sugeridos foram tomados, nesta tese, como tecnologia da pedagogia e da normalização Popkewitz (2001), colocando em funcionamento as regras que normalizaram a escola e os escolares. O planejamento como estratégia cultural (Corazza, 1997) é referido como o lugar que leva a termo a governamentalidade dentro da escola. Procurei mostrar como o planejamento escolar funcionou em seu investimento de poder, dando conta de sua governamentalização: uma forma de poder aplicada à população escolar, apoiada por saberes específicos e “por uma racionalidade econômica na arte de governar” (Foucault, 1990, p.290). Com Nikolas Rose (2001b) foi possível tomar o planejamento como um agenciamento que ativou ações, estudos, práticas, espaços e tempos escolares.

Nessa perspectiva, o aparelhamento da escola rural permitiu o exercício de trabalho pedagógico. O auge de tais investimentos deu-se na década de 1950, quando a mudança da escola tornou-se uma exigência necessária para a *transformação modernizadora*. A escola deveria ter outra disposição espacial, novos equipamentos, utilizar novos métodos e, sobretudo, ampliar espaços de sua ação pedagógica. Toda mudança teria como finalidade o exercício da atividade agrícola, núcleo do trabalho pedagógico rural. Era preciso organizar o “meio”, pois a Escola Ativa preconizava a reutilização do espaço e do tempo escolar. Tal aparelhamento tornara-se um imperativo dos tempos vividos pelo processo de modernização do campo e dos rurícolas, bem como instrumento disciplinador do trabalho.

“Um poder político sobre os vivos e a vida”

Procurei entender o conceito de biopoder desenvolvido por Foucault, como um poder político sobre os vivos e a vida. Com essa ferramenta analítica, foi possível fazer uma leitura das campanhas em

favor da vida da população rural. Tais campanhas tinham objetivos biopolíticos, ou seja, buscavam instituir uma regulamentação sobre um conjunto de indivíduos visando a sua seguridade e bem-estar.

Na perspectiva de tal regulamentação, procurei compreender este tipo específico de poder. Analisei algumas das campanhas⁸ de população, propostas na época em favor da ‘elevação do padrão de vida’. Meu esforço foi na tentativa de mostrar uma tecnologia política sobre a família, a comunidade e os jovens líderes comunitários. Foi tal poder político que permitiu a regulamentação da vida da população, governando-a.

Nesse sentido, foi possível observar como se organizou uma rede solidária de ações entre instituições para regulamentar um conjunto de regras postas como modelo a ser seguido. Tal rede configura o que Foucault caracterizou como um conjunto de micropoderes no corpo social, com articulações verticais, laterais e simultâneas. A previsão de uma vida mais produtiva, saudável e organizada tornara-se uma necessidade que dizia respeito ao coletivo das pessoas da comunidade, das famílias e de cada um individualmente. Convocavam todos e cada um a higienizar seu corpo e sua casa. Um corpo saudável otimizaria a vida e garantiria a força de trabalho. A gramática dos discursos das campanhas em favor da vida era de guerra, a partir de um trabalho “armado” contra a doença, a preguiça, a ignorância e a improdutividade.

As escolhas teóricas dessa tese permitiram demonstrar um poder político sobre a população, com objetivos de transformação cultural nos modos de vida. Um dos alvos desse poder era a família. As Missões Rurais ensinavam a dominar fenômenos ligados à saúde, produção de alimentos, plantio, comercialização, crédito agrícola, cuidados com o corpo, a casa e o meio ambiente. A analítica desenvolvida evidencia funções estratégicas da Missão Rural, configurando certas alianças com a escola, agenciando novas rotinas, hábitos e práticas para a família. Também para a casa-lar foi proposta outra organização espacial. Ela deveria tornar-se mais saudável, higiênica e aconchegante. Essa tarefa seria da mulher-mãe, para a qual deveria preparar-se desde menina. Tal discurso teve maior ênfase durante as décadas de 1950 e 1960, ressaltando uma aliança entre escola e família.

As pautas da *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*, frequentemente, destinavam-se a orientar docentes para conhecer a comunidade sobre a qual deveriam trabalhar. Para dar conta disso, inquéritos e entrevistas mapeavam as condições sanitárias, religiosas, profissionais, morais e sociais da comunidade, mediante diversas técnicas utilizadas para diagnosticar melhor as atitudes, aptidões, habilidades, aspirações e interesses, de cada comunidade. O modo de vida da população deveria ser conhecido através dos Estudos de Comunidade, para posterior intervenção.

Ao assinalar algumas conexões entre os Estudos de Comunidade e as formas de regulamentação da vida dos rurais, meu empreendimento foi no sentido de mostrar a governamentalização da população rural. Procurei evidenciar que, tanto os Estudos de Comunidade, quanto as Missões Rurais, visavam colocar em funcionamento tecnologias de poder sobre a vida da população rural, através de ações que ativassem “um repertório de condutas” (Rose, 2001b, p.51), propondo outras formas de organização, produção e ocupação do espaço.

⁸ Campanhas como: criação de escolas comunitárias para o trabalho, de boa literatura, de alimentação racional, de educação do consumidor, em favor do bom rádio e da televisão, de assistência social, de sadia ocupação das horas de lazer, de alfabetização de adolescentes e adultos, de criação de centros de recreacionais da comunidade, de cuidados com o meio ambiente e outras.

É interessante assinalar como se consolidou discursivamente um elo de ligação entre as instituições e a forma como os docentes eram convocados a participar. Nesse sentido, orientações pedagógicas davam conta de um roteiro que definia como objeto de estudos a família, a comunidade, o aluno e a escola. A metodologia de pesquisa enunciada era, minuciosamente, conduzida, delineando técnicas como entrevistas, questionários, observações, visitas domiciliares, excursões e até autobiografias. Para tais estudos, alguns saberes, mais do que outros, eram enfatizados. Trata-se da estatística e da sociologia, especialmente a sociologia rural. Estas fizeram uma parceria perfeita para contribuir com o objetivo de conhecer as famílias e a comunidade.

A educação de ex-alunos coloca os jovens como alvo de uma vontade de poder-saber, de modo a educá-los e formá-los. O objetivo político era produzi-los como líderes, através de um saber generificado. Esses saberes estavam respaldados na moderna sociologia rural, juntamente com as ciências agrárias, a economia doméstica, as técnicas industriais, o cooperativismo, com todos os seus conteúdos organizativos e econômicos.

Investimentos de poder sobre os jovens ativaram economicamente um dispositivo político de gênero para a divisão do trabalho nas pequenas propriedades rurais. Maior produtividade exigia, além de outras formas de organização do trabalho, uma planificação de tipos de atividade. Não há dúvida de que foi sobre o trabalho que a maioria das ações de formação juvenil incidiu. Ensinar a trabalhar de modo mais produtivo, organizado e rentável era necessário. Enunciados evidenciam que dispositivos de constituição das identidades de gênero estiveram conectados com um dispositivo de classe, ou seja, tornar-se trabalhador/a rural.

Observo, no período delimitado para a investigação, a recorrência de enunciados que, ao visibilizarem determinados saberes, territorializaram certas posições de sujeitos. Assim, o Centro de Treinamento de Cooperativismo foi um espaço tipicamente masculino, no qual tratava-se de exercitar, além de técnicas de produção que disciplinarizavam o trabalho agrícola, formas de liderança e organização cooperativa. Vivenciar a divisão do trabalho seria uma exigência não apenas dos processos urbanos de industrialização, mas também rurais. Num outro lugar, identidades femininas eram confirmadas em um espaço generificado no interior do qual faziam cursos com aprendizagens relacionadas aos cuidados com o lar, a casa e seus arredores. O espaço da casa territorializa a feminilidade e sua construção acontece desde a infância, também pela via escolar. Na biopolítica do lar (casa-mulher-criança), a posição da *mulher-mãe-esposa* entre o *lar-casa* e a escola parece ser um elo importante para o governmentamento da população rural como um conjunto de seres vivos, neste caso a família, como também dos indivíduos, crianças, jovens, homens.

Os discursos evidenciam que até pelo menos a década de 1960 houve um intenso investimento na formação de jovens líderes comunitários. Contudo, a intensidade de tais preocupações diminui ou quase desaparece nos discursos da Revista na década de 1970. Neste período, outras preocupações passam a fazer parte de pauta, tanto que a configuração editorial muda e a Seção Educação Rural deixa de existir.

Muitas questões foram percebidas no decorrer da pesquisa, as merecem outros investimentos investigativos. Dentre essas, assinalo uma interrogação que me instiga a continuar investigando como a educação rural vem sendo constituída a partir da década de 1970. Que outras configurações curriculares

para a escola primária rural foram sendo constituídas? Considero importante ressaltar, como Palamidessi, que tal “ruptura, quebra”, ocorrida na década de 1970, deva ser mais bem indagada, para além das ondas mundiais modernizantes do currículo, ou da necessidade de integração campo-cidade, como é o caso deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BASTOS, Maria Helena C. *O novo e o nacional em Revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: USP, 1994. 457f. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.
- CORAZZA, Sandra, M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 103-143.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *Vigiar e punir*. 8 ed. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. Verdade e Subjetividade. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Edições Cosmos, n.19, p. 203-233, 1993a.
- _____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 11 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993b.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michael Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.
- _____. *Tecnologias del yo y otros textos*. Barcelona: Paidós, 1995b.
- _____. *A ordem do discurso*. 6 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 1996a.
- _____. *Verdade e formas jurídicas*. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: NAU, 1996b.
- _____. *A arqueologia do saber*. 5 ed. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a.
- _____. *Resumos dos Cursos do Collège de France*. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Hermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 35-86.
- PALAMIDESSI, Mariano Ismael. Curriculum y Problematizaciones: moldes sobre lo cotidiano. In: GVIRTZ, Silvina (Org.). *Textos para repensar el día a día escolar: sobre cuerpos, vestuarios, espacios, lenguajes, ritos y modos de convivencias en nuestra escuela*. Buenos Aires: Santillna, 2000. p. 213-242.
- _____. El orden y detalle de las cosas enseñables. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2001.

POPKEWITZ, Thomaz S. *Lutando em Defesa da Alma: a política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45

_____. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a. p. 137-204.

_____. Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.26, n.1, p. 34-57, jan./jun.2001b.

REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: Monumento, n. 01, set. 1939..

_____. n. 10, out. 1952.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. *A escola primária rural*. Porto Alegre: Globo, 1952.

SOUZA, Jane Felipe de. *Governando mulheres e crianças: jardins de infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 200f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

_____. *Governabilidade ou Governamentalidade?* Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/alfredo/governo.1htm>>. Acesso em: 20 de abril de 2001.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. A história da educação em ciência no Rio Grande do Sul: uma análise a partir de textos publicados na Revista do Ensino (1939-1970). *Anais do IV Seminário Luso-brasileiro de história da Educação*. Porto Alegre, 2000.